



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro, de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Casa Museu Cunha da Silveira, Freguesia e Concelho de Velas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Velas, presidida pela senhora Lena Felicidade Pereira Amaral, com a seguinte ordem do dia: -----

-----Ponto um – Informação escrita da Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----

-----Ponto dois – Designação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Trânsito; -----

-----Ponto três – Designação de um representante de cada partido e respetivo suplente para a Comissão de Bolsas de Estudo; -----

-----Ponto quatro – Nomeação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão de Toponímia; -----

-----Ponto cinco – Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026; --

-----Ponto seis – Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

-----Ponto sete – Benefícios Fiscais na área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Sul do Concelho de Velas; -----

-----Ponto oito – Fixação da participação variável no IRS para o ano 2026; -----

-----Ponto nove – Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

-----Ponto dez – Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias; -----

-----Ponto onze – Taxa Municipal de Direitos de Passagem; -----

-----Ponto doze – Nomeação de quatro elementos para o Conselho de Ilha de São Jorge; -----

-----Ponto treze – Eleição de sete elementos para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal. -----

-----A Presidente da Assembleia começou por fazer o enquadramento legal da sessão, explicando que se trata de uma sessão ordinária de acordo com o estipulado pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, na sua redação atual, e que a convocatória enviada, referente à presente sessão, estava em conformidade com o artigo 31.º do regimento em vigor. -----

-----A Presidente informou que os membros Paulo Alberto Bettencourt da Silveira e Luís Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira não compareceram, com a devida justificação, ao ato de tomada de posse nesta Assembleia e solicitou à senhora segunda



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

secretária da mesa a leitura das atas de tomada de posse dos mesmos, que se encontram anexas à presente ata. -----

-----Iniciados os trabalhos, a Presidente da Assembleia comunicou as faltas justificadas dos membros da Assembleia Municipal Albano Manuel Silveira Gomes, Fernandino Bettencourt de Simas, Rui Jorge Teixeira Moreira e António José Bettencourt da Silveira, sendo substituídos por António Guilherme Lemos Gambier Machado, Ana Bela Azevedo Borges, Andreia Maria de Sousa Melo e Filipe José Bettencourt Ribeiro, respetivamente.

-----A Presidente informou, ainda, que os membros Ana Bela Azevedo Borges, Andreia Maria de Sousa Melo, António Guilherme Lemos Gambier Machado, Filipe José Bettencourt Ribeiro, ainda não tinham tomado posse nesta Assembleia, sendo solicitado à senhora segunda secretária da mesa a leitura das atas de tomada de posse dos mesmos, informando ainda, que se encontram anexas à presente ata. -----

-----Seguidamente, a Presidente solicitou ao primeiro secretário da mesa que procedesse à chamada dos membros da Assembleia Municipal, confirmando-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal Lena Felicidade Pereira Amaral, Mário José Soares, Janete Andreia Ávila da Fonseca, Luísa Margarida Silva Matos, Roberto Jorge de Sousa Cabral, Catarina Maria Silveira Bettencourt, José Alberto Vieira da Silva, Ana Bela Azevedo Borges, João Paulo Bettencourt Oliveira, Ana Paula da Silveira Soares, Andreia Maria de Sousa Melo, Paulo Alberto Bettencourt da Silveira, Cláudia Isabel Garcia Alexandre, Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira, António Guilherme Lemos Gambier Machado, Roger Leonel Vieira de Sousa, André Filipe dos Santos Silveira, João Manuel Azevedo da Silva, André Bernardo Silva, Pedro Alexandre Silveira Nunes e Filipe José Bettencourt Ribeiro. -----

-----Confirmada a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal e havendo legalidade na convocatória, verificando-se a existência de quórum, deu-se início à sessão. -----

-----A Presidente da Assembleia comunicou que os membros da mesa iriam exercer o seu direito de voto. -----

-----A Presidente da Assembleia comunicou que a mesa da Assembleia solicita a **deliberação em minuta dos pontos doze e treze da ordem do dia**, e que o Executivo solicitou a **deliberação em minuta dos pontos restantes da ordem do dia, com exceção do ponto um**, colocando à consideração dos membros da Assembleia Municipal a deliberação em minuta, designadamente, se alguém pretendia pronunciar-se. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Não havendo inscrições, a Senhora Presidente colocou à votação **os pedidos de deliberação em minuta** tendo os mesmos sido **aprovados por unanimidade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia explicando que, de acordo com o artigo 39.º, conjugado com o artigo 73.º, do regimento em vigor, «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público»». -----

-----Esclareceu ainda que o artigo 40.º estabelece o período antes da ordem do dia, referindo que tal período se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, tendo uma duração máxima de sessenta minutos. -----

-----Ainda dentro deste período, a Presidente da Assembleia colocou à disposição dos membros da Assembleia Municipal, para consulta, a correspondência recebida entre a última sessão e a atual, informando que esta também poderia ser consultada no horário de expediente do Município, enviando previamente uma mensagem eletrónica a manifestar esse interesse para o endereço eletrónico da Assembleia. -----

-----Informou ainda ter sido remetido pelo grupo municipal do Partido Socialista o voto de congratulação pelo Centenário da Sociedade União Urzelinense, pelo grupo municipal do Partido Social Democrata o Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense e o voto de congratulação ao Queijo de São Jorge pelos resultados no World Cheese Awards, pelo representante da Coligação Democrática Unitária a recomendação “Conselho Local da Educação”, a recomendação “Orçamento Participativo Municipal”, o voto de congratulação pelo Centenário da Sociedade União Urzelinense e o voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”, e, finalmente, pelo grupo municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular o voto de congratulação pela Comemoração do 100.º Aniversário da “Sociedade União Urzelinense”, todos em anexo à presente ata e todos enviados após receção aos restantes líderes dos grupos municipais e ao Representante da Coligação Democrática Unitária. -----

-----A Presidente da Assembleia propôs, a respeito dos votos de congratulação à Sociedade União Urzelinense, atendendo ao teor dos mesmos, que seja realizada a leitura do voto que deu entrada em primeiro lugar na caixa de correio eletrónico da Assembleia Municipal, apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista, colocando à consideração dos membros da Assembleia Municipal apenas a leitura do mencionado voto de congratulação. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa, informando que o grupo municipal do CDS-PP não concordava com a proposta. -----

Tomou a palavra o membro António Machado, informando que a representação da CDU concordava com a proposta. -----

-----A Presidente da Assembleia informou então que seria lido o **voto de congratulação à Sociedade União Urzelinense** do grupo municipal do PS, passando a palavra. Posteriormente deu a palavra ao grupo municipal do CDS-PP para leitura do **voto de congratulação pela Comemoração do 100.º Aniversário da “Sociedade União Urzelinense”**. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal os votos de louvor, designadamente, se alguém se pretendia associar aos mesmos. -----

-----Tomou a palavra o membro Paulo Silveira, informando que o grupo municipal do PSD se irá associar ao Voto de Congratulação pelo Centenário da Sociedade União Urzelinense, salientando a sensibilidade das forças partidárias da Assembleia Municipal relativamente a este marco da Sociedade União Urzelinense. -----

-----A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Presidente da Câmara que referiu ser motivo de orgulho o facto de a Sociedade União Urzelinense realizar cem anos ao serviço da nossa comunidade, pautando-se por ser, além de uma escola de música, uma escola para a vida, que ao longo destes cem anos tem realizado um trabalho extremamente importante na manutenção da sua atividade, atendendo às circunstâncias relacionadas com a exigência de disponibilidade das pessoas para colaborar. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação todos os **votos de congratulação** pelo Centenário da Sociedade União Urzelinense apresentados nesta sessão, tendo os mesmos sido **aprovados por unanimidade** e em **minuta para imediata executoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao grupo municipal do Partido Social Democrata para leitura do **voto de congratulação ao Queijo de São Jorge pelos resultados no World Cheese Awards**. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal o voto de congratulação, designadamente, se alguém se pretendia associar ao mesmo. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Tomou a palavra o membro João Paulo Oliveira, informando que o grupo municipal do PS se iria associar ao Voto de Congratulação ao Queijo de São Jorge pelos resultados no World Cheese Awards. -----

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa informando que o grupo municipal do CDS-PP se iria associar ao Voto de Congratulação ao Queijo de São Jorge pelos resultados no World Cheese Awards e questionou sobre a candidatura à UNESCO. ----

-----A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Presidente da Câmara, que, enalteceu o Queijo de São Jorge e que os resultados alcançados no reconhecimento da qualidade deste nosso produto são de suma importância, quer para o concelho, mas sobretudo para a ilha de São Jorge, culminado num reconhecimento a todos os intervenientes na produção do Queijo de São Jorge DOP. Destacou ainda a importância do queijo para a nossa economia e referiu que, relativamente ao processo junto da UNESCO, o Governo Regional está a desencadear os procedimentos necessários para a sua classificação. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação o **voto de congratulação ao Queijo de São Jorge pelos resultados no World Cheese Awards**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** e em **minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da representação da CDU para leitura do **voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”**. -

-----A Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal o voto de congratulação, designadamente, se alguém se pretendia associar ao mesmo. -----

-----Tomou a palavra o membro João Paulo Oliveira, informando que o grupo municipal do PS se iria associar ao voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”. -----

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa informando que o grupo municipal do CDS-PP não se iria associar ao voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”, salientando que a greve é um direito constitucional, no entanto não justifica a apresentação de um voto de congratulação. -----

-----Tomou a palavra o membro António Machado, da representação da CDU, referindo que o voto de congratulação tem como objetivo a valorização de um direito que, regra geral, padece de restrição ou coação e enaltecer a coragem dos trabalhadores que aderiram à greve, tendo em conta o panorama nacional. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Tomou a palavra o membro Paulo Silveira, informando que o grupo municipal do PSD não se iria associar ao voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”, referindo que o direito à greve está consagrado na Constituição Portuguesa, não obstante o voto reveste-se de ideologia de esquerda, enaltecendo os trabalhadores que aderiram à greve pela sua determinação e sentido de responsabilidade cívica, não oferecendo qualquer consideração aos demais trabalhadores que se apresentaram ao serviço que também merecem apreciação por esse motivo. -----

-----Tomou a palavra o membro António Machado, da representação da CDU, referindo que existiam diversos trabalhadores em dificuldades, nomeadamente das IPSS, que não iriam receber o subsídio de Natal por incumprimento do Governo da República, situação que merece alguma reflexão. -----

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa, do grupo municipal do CDS-PP, referindo que a informação do membro António Machado, da representação da CDU não tinha fundamento, uma vez que não existiam pagamentos em falta às IPSS por parte quer do Governo da República, quer do Governo Regional. Esclareceu que habitualmente eram atribuídas verbas remanescentes do Governo da República às IPSS de todo o país, no entanto este ano não foi atribuída qualquer verba à região, uma vez que os valores padrão da região se encontram cerca de vinte por cento acima dos valores padrão do continente, não existindo qualquer incumprimento neste aspeto. -----

-----A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Presidente da Câmara, referindo ser legítimo a apresentação dos votos que os membros da Assembleia entendam pertinente e que a greve é um direito constitucional, sendo decisão do trabalhador aderir ou não à mesma. Acrescentou que o Executivo entende que a apresentação deste voto de congratulação aos trabalhadores que aderiram à greve desvaloriza os trabalhadores que, legitimamente não aderiram à mesma, salientando que existem outros mecanismos para reconhecer estas situações. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação o **voto de congratulação “Greve Geral de 11 de Dezembro de 2025”**, tendo o mesmo sido **reprovado por maioria** com treze votos contra dos grupo municipais do CDS-PP e PSD, quatro votos a favor do grupo municipal do PS e da representação da CDU e quatro abstenções do grupo municipal do CDS-PP, e em **minuta para imediata executoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da representação da CDU para leitura da recomendação **“Conselho Local da Educação”**. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----A Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a recomendação, designadamente, se alguém se pretendia associar à mesma. -----

-----Tomou a palavra o membro Paulo Silveira, informando que o grupo municipal do PSD se iria associar à recomendação “Conselho Local da Educação”, considerando a mesma pertinente relativamente à participação da comunidade no setor da educação, salientando que a maior dificuldade será encontrar pessoas com disponibilidade para colaborar, atendendo que o órgão ou grupo de trabalho deve ser criado com um objetivo e não apenas porque a lei assim o define, fazendo votos de sucesso nesta questão. ---

-----Tomou a palavra o membro João Paulo Oliveira, informando que o grupo municipal do PS se iria associar à recomendação “Conselho Local da Educação”, visto ser uma medida defendida pelo partido desde sempre, constando, também, no seu manifesto, no sentido de promover o desenvolvimento da educação no concelho. -----

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa informando que o grupo municipal do CDS-PP se iria abster nesta recomendação, uma vez que a mesma consta do manifesto do CDS-PP e torna-se uma redundância a apresentação da mesma. -----

-----Tomou a palavra o membro António Machado, da representação da CDU, referindo que esta recomendação já foi apresentada anteriormente na Assembleia pela representação da CDU, tendo sido “chumbada” pelo CDS-PP, pelo que a iniciativa da mesma foi da CDU. Concluiu, salientando que a Carta Educativa do Município de Velas não está em conformidade, uma vez que foi elaborada sem consulta prévia ao Conselho Local de Educação. -----

-----A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Presidente da Câmara, informando que, relativamente a esta matéria, conta do manifesto do CDS-PP a criação do Conselho Local de Educação, não sendo exclusivo, uma vez que constava do manifesto de outros partidos. Referiu que o Executivo considera importante a existência de uma equipa multidisciplinar na área da educação, mas mais importante do que a criação dos órgãos é conseguir que os mesmos executem as atribuições para que foram criados e que entende que estão reunidas as condições para a criação do mesmo. Continuou salientando a necessidade de atualização da Carta Educativa, pelo que a criação do referido órgão irá dinamizar essa questão. Concluiu, informando que enquanto lista mais votada à Câmara Municipal, o Executivo tem intenção de executar as propostas constantes do seu manifesto. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação a recomendação “**Conselho Local da Educação**”, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com dez votos a favor dos grupos municipais do PSD, PS e CDS-PP e da representação da CDU e onze abstenções do grupo municipal do CDS-PP e em **minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da representação da CDU para leitura da recomendação “**Orçamento Participativo Municipal**”. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a recomendação, designadamente, se alguém se pretendia associar à mesma. -----

-----Tomou a palavra o membro Roger Sousa, salientando que, apesar de esta recomendação já ter sido apresentada anteriormente pela representação da CDU, tendo-se iniciado um novo mandato, com novo Executivo, entende não ser descabido referir que a CDU se apoderou, mais uma vez, das propostas do manifesto do seu partido. Relativamente à referida recomendação, referiu que efetivamente não é igual à do CDS-PP, no entanto questionou o membro da CDU no sentido de perceber como se irá proceder à gestão financeira do orçamento da Câmara Municipal das Velas no sentido de acomodar as propostas apresentadas em sede orçamento participativo. Concluiu que o orçamento da Câmara Municipal já contempla um orçamento participativo jovem e que lhe parece ser um bom ponto de partida nesse sentido, estimulando a participação cívica dos jovens. -----

-----Tomou a palavra o membro António Machado, da representação da CDU, esclarecendo que a gestão financeira será a mesma aplicada ao orçamento jovem, confiando no rigor e controlo financeiro e acreditando na capacidade do Executivo Camarário para executar esta proposta, tal como irá executar o orçamento participativo jovem. -----

-----Tomou a palavra o membro Paulo Silveira, referindo que o orçamento participativo também consta do manifesto do PSD e que entende fazer todo o sentido, no entanto defendeu que a existência de rúbrica em orçamento Camarário para o orçamento participativo jovem é um passo inicial, no sentido de dinamizar a participação da comunidade jovem. Referiu que no exercício de dois mil e vinte e seis será difícil colocar a recomendação em prática, atendendo à burocracia envolvida. Concluiu, informando que o grupo municipal do PSD se iria abster nesta matéria. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Tomou a palavra o membro António Machado, da representação da CDU informando que esta recomendação não tem intenção de ser aplicada já no exercício de dois mil e vinte e seis, entendendo ser importante o alargamento do orçamento participativo jovem a toda a comunidade. -----

-----Tomou a palavra o membro João Paulo Oliveira, informando que o grupo municipal do PS se iria associar à recomendação “Orçamento Participativo Municipal”. -----

-----A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Presidente da Câmara, que referiu entender a pertinência da recomendação, uma vez que difere da proposta constante do orçamento para dois mil e vinte e seis, nomeadamente o orçamento participativo jovem, e que a intenção do Executivo seria avançar nesse sentido, no entanto reconhece não ser possível a execução de todas as propostas em simultâneo, pelo que o foco é a proposta atual de modo que a mesma seja executada no próximo ano. -----

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação a recomendação “**Orçamento Participativo Municipal**”, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com quatro votos a favor do grupo municipal do PS e da representação da CDU e dezassete abstenções dos grupos municipais do CDS-PP e do PSD e em **minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----De seguida, a Presidente da Assembleia passou ao período para intervenções dos membros da Assembleia Municipal, convidando-os a inscreverem-se para fazerem uso da palavra. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Andreia Melo, questionando, a respeito da entrega de brindes a várias instituições do concelho no âmbito das celebrações natalícias, levando a cabo uma prática anteriormente instituída, o motivo pelo qual os jardins de infância e creches do Instituto de Santa Catarina e da Santa Casa da Misericórdia de Velas não foram contemplados neste gesto, sugerindo que esta prática seja repensada. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, questionando relativamente à Rua Manuel Jorge que, após a empreitada realizada pela empresa Almeida e Azevedo, à noite não tem iluminação suficiente, da possibilidade de instalação de iluminação pública na referida rua, sendo que será a única que não dispõe de iluminação. Questionou, também, relativamente à sarjeta colocada em cota mais baixa que a estrada, no cruzamento de ligação entre o Parque Industrial e o Caminho dos Cavalos, situação já reportada por diversas vezes e que ainda não foi reparada.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

Concluiu, questionando relativamente ao ponto de situação do processo de hasta pública dos lotes do Parque Industrial. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que, em resposta à deputada Andreia Melo, informou que o Executivo dispôs de pouco tempo útil para aprofundar a procedimento de atribuição dos brindes de Natal às instituições, tendo sido intenção a manutenção do que consideram ser uma boa prática do anterior Executivo e será considerada futuramente a sugestão apresentada. -----

-----Em relação às questões colocadas pelo membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, informou que, quanto à possibilidade de instalação de iluminação pública na referida rua, serão encetados os procedimentos necessários nessa matéria. A respeito da sarjeta do Parque Industrial referiu não estar a par do assunto, mas que irá avaliar a situação junto dos Vereadores no sentido de a empresa retificar a situação. Finalmente, quanto ao ponto de situação do processo de hasta pública, informou da existência de lotes que ficaram desertos, que a instalação da Modalfa significa a conclusão do processo de atribuição desse mesmo lote, no entanto esclareceu que, relativamente ao lote número quatro, a situação ainda não se encontra resolvida, devido aos prazos do processo administrativo, sendo a caução uma das barreiras à boa conclusão dos processos de atribuição. Informou que não seria possível avançar com o procedimento de uma segunda hasta pública, enquanto não ficar concluído o primeiro processo. Concluiu, salientando a intenção do Executivo em avaliar o processo inicial e perceber que matérias poderão ser alteradas ou melhoradas. -----

-----A Presidente da Assembleia esclareceu, a respeito dos brindes às instituições, que o princípio de atribuição dos brindes se devia ao facto de as IPSS terem prendas para entregar às crianças, enquanto de os estabelecimentos públicos não detinham orçamento para o efeito, pelo que o Município se comprometeu em colmatar essa situação. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à deputada Andreia Melo, que referiu que a escola pública passou a oferecer, atualmente, presentes às crianças. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Luís Pereira, referindo a existência de uma situação junto à Escola Básica e Secundária das Velas que entende necessitar de reavaliação, designadamente o estacionamento em frente à escola, bem como a circulação e realização de manobras dos veículos de transportes coletivos que de certa forma poderão colocar em causa a segurança dos alunos, sugerindo um reforço junto da PSP a respeito do projeto Escola Segura, projeto este apoiado pelo Município.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

Referiu também a necessidade de marcação do estacionamento na Rua Manuel Jorge de modo a regular mais eficazmente o trânsito e os estacionamentos na referida rua. Demonstrou, também, a sua preocupação com a falta de efetivos nas forças de segurança, situação esta que deveria ser reforçada junto das autoridades competentes, no sentido de serem disponibilizados mais agentes para o nosso concelho. Concluiu, salientando que a cobertura de rede móvel na zona de Entre Morros é deficitária e solicitou, ainda que não seja um assunto da esfera do Município, algum reforço junto das entidades próprias no sentido de se solucionar a situação. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que em resposta às questões sobre a EBS das Velas referiu que o Município não detém competência nestas matérias, salientado o facto de as forças de segurança estarem desfalcadas, o que afeta diversos concelhos da nossa região e do país e que o Município tem sido um parceiro, designadamente no projeto Escola Segura, pelo que será realizada uma abordagem, no entanto o patrulhamento cabe às forças de segurança. Relativamente à circulação e realização de manobras dos veículos de transportes coletivos referiu que a ausência de patrulhas não facilita a situação e que a marcação do estacionamento junto à Rua Manuel Jorge é um trabalho que está em andamento por parte do Executivo. A respeito da cobertura móvel na zona Entre Morros, referiu ser uma competência a nível nacional, existindo um normativo legal para a disponibilização de cobertura em pelo menos noventa por cento das zonas de população mais reduzida até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, havendo o compromisso por parte do Governo Regional de realizar um levantamento no final do ano do ponto de situação da cobertura de rede móvel. Concluiu, comprometendo-se em abordar a ANACOM a respeito desta situação no sentido de solucionar a mesma. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, apresentando algumas reflexões a respeito da campanha eleitoral autárquica, designadamente a respeito de algumas situações menos agradáveis que promoveram, de certa forma, crispação entre os grupos municipais, mais concretamente entre os grupos municipais do CDS-PP e PS devido a queixas apresentadas pelo Partido Socialista, pelo que salienta a necessidade de se atingir um entendimento entre todos. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Ana Paula Soares, solicitando esclarecimentos a respeito do enquadramento regimental sobre a abordagem deste assunto no período antes da ordem do dia, uma vez que entende que este órgão municipal deve centrar-se prioritariamente na discussão de matérias de interesse direto



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

para o concelho e para os munícipes. Continuou, afirmando ser lamentável que o grupo municipal do CDS-PP estivesse a utilizar este órgão municipal para prolongar debates de natureza partidária relacionados com a última campanha eleitoral. Saliu que os eleitos estão aqui para deliberar sobre assuntos de interesse municipal e não para trazer para este espaço conflitos e polémicas de processo autárquico passado. Referiu ainda que a bancada tem legitimidade para trazer o tema, mas com tantos outros assuntos relevantes para a qualidade de vida das pessoas do nosso concelho, considera profundamente desapontante que esta seja a prioridade. Referiu, também, que importa clarificar que nas últimas eleições autárquicas ocorreram situações que a estrutura do Partido Socialista e a coordenação de campanha consideraram irregulares à luz da legislação eleitoral em vigor e que num Estado de direito democrático, a apresentação de queixas às entidades competentes é um direito legítimo, sendo que as participações foram analisadas pelos serviços jurídicos e foram admitidas para apreciação pela Comissão Nacional de Eleições, não cabendo a esta Assembleia Municipal qualquer juízo adicional sobre estes processos. Acrescentou que o grupo municipal do PS rejeita de forma clara qualquer tentativa de personalização deste tema visto que a decisão de apresentação das queixas à Comissão Nacional de Eleições não foi uma decisão individual nem pessoal, tendo-se tratado de uma decisão assumida pela estrutura concelhia do Partido Socialista e pela coordenação da campanha com o conhecimento e concordância dos candidatos, mais concretamente, a subscrição foi efetuada por si em função das responsabilidades partidárias que exerce e consideram politicamente inadequadas as referências de carácter pessoal feitas a este propósito. Por fim, salientou que a vivência em democracia implica o cumprimento de regras eleitorais e o respeito pelos mecanismos de fiscalização independentes. -----

-----A Presidente da Assembleia interveio, referindo que efetivamente, todos tem o direito de expressão, não obstante possivelmente aqui não seria o local mais adequado. Saliu que não lhe é possível controlar o teor das intervenções de cada membro e que depende, muitas vezes, da interpretação que cada um faz à situação. Concluiu informando que entende que a sessão da Assembleia Municipal não será o sítio mais adequado para debater este tipo de situação. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro da Assembleia Municipal Roger Sousa que referiu entender ser o local adequado, invocando o regimento da Assembleia Municipal para o efeito. Referiu, também, que não personalizou a queixa, tendo atribuído a mesma, à senhora Coordenadora do PS de Velas. Acrescentou, que



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

relativamente aos assuntos de interesse para o concelho, o CDS-PP sempre debateu e participou ativamente na construção de um concelho melhor. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Paulo Silveira, esclarecendo, no seguimento das declarações do membro Roger Sousa, que o grupo municipal do PSD pretende honrar os compromissos constantes do seu manifesto eleitoral, com o objetivo de dar o seu contributo para a promoção do progresso e melhoria do concelho das Velas. Continuou referindo que foi claro o apoio do PSD à candidatura do CDS-PP, apoio esse assumido, também, pelo senhor Presidente do Governo Regional, sendo que o resultado estava à vista. Questionou relativamente aos transportes aéreos, designadamente ao domingo, uma vez que as ligações são parcas nesse período, justificando-se um horário permanente, bem como relativamente à Linha Laranja, que entrou em funcionamento recentemente, no sentido de melhorar as ligações marítimas.

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Ana Paula Soares, clarificando que quando é realizada uma queixa à Comissão Nacional de Eleições, é um procedimento administrativo numa entidade independente e não deve, de todo, como a senhora Presidente da Assembleia referiu, ser discutida como julgamento político numa Assembleia Municipal. Concluiu, referindo que o CDS-PP não tem legitimidade institucional para usar a Assembleia Municipal para atacar quem apresentou a queixa e muito menos para tentar desacreditar cidadãos, partidos ou eleitos. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Luísa Matos, questionando se o Município pretende fazer uso do núcleo museológico recentemente inaugurado “A Mercearia”, visto que o espaço é bonito, no entanto encontra-se vazio, sugerindo a introdução de produtos artesanais que são produzidos pelos munícipes da Freguesia do Norte Grande, no sentido de atrair visitantes, eventualmente em colaboração com a junta de freguesia. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal António Machado, salientando que exerceu as funções de deputado municipal durante oito anos, estando hoje em substituição do deputado Albano Gomes, e considera lamentável as constantes referências ao passado, passado esse do qual o CDS-PP fez parte, com a aprovação de orçamentos, pelo que entende que não existe benefício nas intrigas políticas. Questionou relativamente à iniciativa realizada a respeito da comemoração dos doze anos de mandato do anterior Presidente da Câmara Luís Silveira, nomeadamente sobre quem suportou os custos da mesma. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta ao deputado Paulo Silveira a respeito dos transportes aéreos e marítimos, referiu que as acessibilidades são uma matéria primordial no nosso concelho e que foi remetido a dezanove de novembro do corrente ano um ofício à senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral, com conhecimento do senhor Diretor Regional dos Transportes, bem como do senhor Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA e o senhor Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, demonstrando estas mesmas preocupações e no sentido de melhorar estas acessibilidades. Acrescentou que se verifica uma melhoria substancial e significativa no que respeita às acessibilidades à nossa ilha, no entanto existe sempre margem para melhoria, tendo-se feito um esforço no sentido da preparação das deslocações para o Verão. Concluiu, informando que nesse mesmo ofício é referenciada a Linha Laranja, demonstrando a necessidade de consolidação dessa mesma linha histórica entre Velas e São Roque bem como melhorias em matéria de horários. -----

-----Em resposta à deputada Luísa Matos, a Presidente da Câmara referiu que o Executivo ainda não dispôs de tempo útil para elaborar um projeto concreto para o núcleo museológico “A Mercearia”, no entanto está a avaliar diversas possibilidades em conjunto com os colaboradores da Casa Museu Cunha da Silveira, não obstante, a carência de recursos humanos tem de ser ultrapassada, sobretudo na área cultural e museológica. Continuou esclarecendo que o projeto do Executivo em termos culturais passa por reavivar os núcleos museológicos no sentido de tirar proveito do investimento realizado na reabilitação do património. -----

-----Em resposta ao deputado António Machado, a Presidente da Câmara informou que está na Assembleia para responder às questões colocadas e para trabalhar em prol das melhorias para no nosso concelho, no entanto não pretende entrar em jogos políticos. Referiu que existiram diversos eventos que estavam agendados e que eram do conhecimento público, dentro do que foi o trabalho desenvolvido ao longo dos doze anos de mandato, trabalho esse exemplar. Acrescentou que no exercício das nossas funções é necessário tomar decisões diariamente e nem sempre se poderá agradar a todos. ---

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, que referiu que o CDS-PP não está centrado no passado mas sim no presente e no futuro, aprendendo com os erros do passado. Salientou, a respeito da comemoração dos doze anos de mandato, que essa celebração foi para homenagear todos quanto estiveram envolvidos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

e que contribuíram para o projeto autárquico, e não, como foi referido, para homenagear o Presidente Luís Silveira. -----

-----Findas as intervenções, e não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia Municipal abriu o **período destinado aos Presidentes de Junta de Freguesia**. -----

-----Inscreveu-se o Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, André Silveira, interpelando a Presidente da Câmara relativamente à pavimentação da Canada do Mar, uma vez que já foi realizado o levantamento topográfico, pelo que questiona o ponto de situação dessa empreitada. Aproveitou para congratular os atletas do Futebol Clube Urzelinense convocados à Seleção de Futebol da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo. Concluiu, destacando o sucesso do Campo de Padel instalado pelo Município de Velas na Freguesia da Urzelina, que tem sido alvo de enorme adesão, e agradecendo o investimento que beneficiou a freguesia e o concelho, sobretudo ao nível do bem-estar físico e mental, permitindo às pessoas a prática do desporto ao ar livre. -----

-----Inscreveu-se o representante do Presidente da Junta de Freguesia das Velas, Filipe Ribeiro, questionando a Presidente da Câmara relativamente ao prazo para avançar com a obra na Rua dos Degraus e com a obra na Canada Pedro Antão. Questionou, também, a respeito das casas adquiridas pelo anterior executivo, se já existia previsão de início da sua reabilitação. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina, informou que o projeto estava a ser elaborado para que se avance com o procedimento. Agradeceu a congratulação pelo Campo de Padel e referiu que é intenção deste Executivo promover a reutilização destes espaços para a prática desportiva. -----

-----Relativamente às questões do representante do Presidente da Junta de Freguesia das Velas, sobre a Canada de Pedro Antão informou que a situação estava ainda a ser avaliada, e a respeito da Rua dos Degraus referiu que efetivamente já existia um levantamento topográfico com vista à reabilitação dessa zona, sendo que irá reunir com o Gabinete Técnico do Município no sentido de se iniciar os procedimentos necessários para ambas as intervenções. Relativamente às habitações adquiridas pelo Município, informou que foi realizada uma visita aos edifícios no sentido de perceber a localização



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

dos mesmos e que foi realizada uma reunião com a empresa ValeConsultores, que elaborou a Estratégia Local de Habitação, com vista a perceber o ponto de situação das candidaturas a apoios para a reabilitação das habitações, pelo que se estava a aguardar soluções a respeito dessas mesmas candidaturas. Concluiu, salientando que, não obstante não existir conclusão das candidaturas, o Executivo decidiu avançar com os projetos para as referidas habitações por via do Gabinete Técnico do Município. -----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia passou ao **período destinado à intervenção do público**. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia iniciou o **ponto um da ordem do dia, informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º deste Regimento**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, questionando a Presidente da Câmara a respeito da reunião ocorrida dia 17 de novembro com os senhores Roberto Lino e Paulo Plácido e com a senhora Sílvia Oliveira da Empresa Azores X – Incubadora de empresas, designadamente qual o resultado desta reunião e se já existia calendarização para a instalação da incubadora de empresas. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Andreia Melo, apresentando à Presidente da Câmara sugestões relativamente à “Peça do Mês” e ao “Autor do Mês”, no sentido de dinamizar as atividades em apreço, bem como a respeito da divulgação dos eventos culturais, designadamente na questão do design, que não sofreu qualquer alteração na sua apresentação da imagem cultural do Município ao longo dos últimos anos. Abordou a Presidente da Câmara a respeito do Império do Livramento, referindo que o grupo municipal do Partido Socialista é a favor da construção do mesmo, não obstante, após a apresentação da maquete, surgiram algumas questões, nomeadamente ao nível da estética, uma vez que apresenta características de um parque multiusos ao invés de um império religioso, considerando que a construção de mais um palco é um investimento desnecessário. Questionou se a área coberta contempla cozinha, área de apoio e outras estruturas que permitam aos mordomos a execução de todas as tarefas necessárias ao longo da semana de festa, e qual o ponto de situação dos acordos de financiamento para a execução deste projeto. Concluiu,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

salientando que o grupo municipal do PS entende que o projeto poderia ser reformulado, estando no entanto a favor da construção do império. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal André Silveira, questionando também acerca da reunião com a Azores X – Incubadora de Empresas. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, referindo que entende não ser adequado o PS colocar a questão relativa ao projeto do Império do Livramento, uma vez que o mesmo é da responsabilidade da direção daquela Associação. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que, em resposta à questão colocada pelo membro João Paulo Oliveira, informou que a reunião se focou na análise dos trâmites necessários à implementação de uma incubadora de empresas no concelho das Velas, designadamente a calendarização, o valor e as ações necessárias a essa mesma implementação, ficando a empresa com o compromisso de apresentar uma proposta nesse sentido. Referiu que esta intenção não é de agora, no entanto o plano inicial seria implementar a incubadora no edifício da EPISJ, não obstante, no seguimento da crise sismovulcânica e da ocupação do espaço pela Santa Casa da Misericórdia das Velas, ainda não foi possível avançar com o projeto. -----

-----Relativamente às questões do membro Andreia Melo, esclareceu que efetivamente o Executivo deu continuidade aos trabalhos que vinham a ser realizados, estando plasmado na agenda cultural para o próximo trimestre, no entanto é intenção manter a “Peça do Mês” e o “Autor do Mês” dinamizando os projetos junto das escolas ou da comunidade em geral. A respeito da divulgação da agenda cultural, designadamente o design da mesma, informou que o Gabinete de Comunicação tem realizado um trabalho exemplar neste aspeto e que não pensou nesta matéria, no entanto o Executivo agradece e irá ter em conta a sugestão, no sentido de avaliar opções de melhoria. No que respeita ao Império do Livramento informou que existiu um pedido por parte da Comissão do Império do Livramento, durante o anterior mandato, para apoio, através do Gabinete Técnico, na elaboração do projeto, tendo o mesmo sido desenvolvido em parceria entre as partes, de acordo com o solicitado pela Comissão do Império, pelo que existindo questões, as mesmas deverão ser colocadas à referida comissão. Concluiu, referindo que as estruturas de apoio referenciadas estão patentes no projeto para a área



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

coberta, não existindo área para refeição, continuando a servir as sopas nos Bombeiros de Velas. A respeito do financiamento da empreitada, esclareceu que o Município irá manter o princípio de atribuição de cinquenta por cento do valor, em parceria com o Governo Regional. -----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou ao **ponto dois da ordem de trabalhos, Designação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Trânsito**, informando que a lista única a apresentar era composta pelos membros da Assembleia Municipal André Filipe dos Santos Silveira e José Alberto Vieira da Silva pelo grupo municipal do CDS-PP e Rui Jorge Teixeira Moreira pelo grupo municipal do PS. De seguida abriu inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. ----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação por escrutínio secreto da Lista A no âmbito do **ponto dois da ordem de trabalhos, Designação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Trânsito**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor e um voto em branco, **e em minuta para imediata executoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu início ao **ponto três da ordem de trabalhos, Designação de um representante de cada partido e respetivo suplente para a Comissão de Bolsas de Estudo**, informando que a lista única a apresentar era composta, como elementos efetivos, pelos membros da Assembleia Municipal Luísa Maria da Silva Matos pelo grupo municipal do CDS-PP, Ana Paula da Silveira Soares pelo grupo municipal do PS, Cláudia Isabel Garcia Alexandre pelo grupo municipal do PSD e Albano Manuel Silveira Gomes pela representação da CDU, e como elementos suplentes, Roger Leonel Vieira de Sousa pelo grupo municipal do CDS-PP, João Paulo Bettencourt Oliveira pelo grupo municipal do PS e Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira pelo grupo municipal do PSD. Abriu inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação por escrutínio secreto da Lista A no âmbito do **ponto três da ordem de trabalhos, Designação de um representante de cada partido e respetivo suplente para a Comissão de Bolsas de Estudo**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor e um voto em branco, **e em minuta para imediata executoriedade**. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto quatro da ordem de trabalhos, Nomeação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão de Toponímia**, informando que a lista única a apresentar era composta pelos membros da Assembleia Municipal Roger Leonel Vieira de Sousa e André Bernardo Silva pelo grupo municipal do CDS-PP e António José Bettencourt da Silveira pelo grupo municipal do PSD, abrindo de seguida inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação por escrutínio secreto da Lista A no âmbito do **ponto quatro da ordem de trabalhos, Nomeação de três elementos da Assembleia Municipal para a Comissão de Toponímia**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor e um voto em branco, **e em minuta para imediata executoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu início ao **ponto cinco da ordem de trabalhos, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026**, informando que a Mesa da Assembleia reuniu com os líderes dos partidos presentes, e com base na análise do orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o ano dois mil e vinte e seis, elaborou o parecer, embora não vinculativo, e solicitou à senhora segunda secretária da mesa a respetiva leitura e informou que o mesmo ficará anexo à presente ata. -----

-----Após a leitura, a Presidente da Assembleia solicitou inscrições aos deputados municipais que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, cuja intervenção se encontra em anexo. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, congratulando os documentos previsionais apresentados, que espelham as propostas apresentadas em manifesto eleitoral, incorporando investimentos estruturantes para o concelho durante o presente mandato. Relativamente às considerações do Partido Socialista, referiu que este orçamento é a continuidade do trabalho desenvolvido pelo CDS no concelho das Velas, salientando que os valores oscilam entre orçamentos, muitas vezes dependente da existência de candidaturas a financiamento de projetos. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Ana Paula Soares, cuja intervenção se encontra em anexo. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que fez um enquadramento do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

dois mil e vinte e seis. Em resposta às questões colocadas pelo membro João Paulo Oliveira, referiu que, relativamente à redução de um milhão de euros, a mesma resulta de vários fatores, designadamente a existência de obras e investimentos que já se encontram concretizadas e liquidadas, bem como devido a uma diminuição das transferências de capital, pelo que este orçamento tenta manter o rigor e o equilíbrio financeiro, não entendendo o Executivo que esta redução resulte de uma falta de capacidade de execução. -----

-----Relativamente às questões do membro Ana Paula Soares, esclareceu que, no que respeita ao apoio às famílias foram mantidos os valores constantes de orçamentos anteriores, nomeadamente nas bolsas de estudo, não existindo uma alteração ao regulamento nem aos valores atribuídos, não obstante será avaliada a necessidade de alteração e melhoria do referido regulamento. Referiu, também, a respeito dos valores não terem sofrido aumentos e das rubricas com valores residuais, que o intuito, atendendo à dinâmica de um orçamento, é permitir a possibilidade de realizar reforços nas rubricas caso o investimento seja exequível. Relativamente ao Centro de Bem-estar de Entre Morros, esclareceu que foi rececionado um ofício remetido pela Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento do Território, em resposta à solicitação da atribuição de relevante interesse público ao projeto, do qual consta a informação de que não poderia ser atribuído o relevante interesse público devido à localização do projeto, que integra uma zona de POOC e zona de elevado risco de instabilidade de vertentes, tendo também solicitado um parecer ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, que refere não estarem reunidas as condições de enquadramento de atribuição de relevante interesse público. Referiu que o Executivo solicitou esse parecer do Laboratório Regional de Engenharia Civil, para se inteirar do conteúdo do mesmo, sendo que, apesar de se entender a posição plasmada no referido parecer, a verdade é que existe uma construção nesse mesmo local, pelo que a verba se mantém em orçamento, numa ótica de ainda existir resolução da situação, atendendo que se considera ser um investimento importante para o concelho. -----

-----No que respeita à regulamentação do Fundo Municipal de Solidariedade Social, bem como ao Gabinete de Municipal de Apoio Social, informou que, ao longo dos últimos anos, estas competências têm estado sob a alçada da vereação que tutela estas matérias, não obstante, poder-se-á avaliar a questão da regulamentação. Relativamente à existência de um Gabinete de Municipal de Apoio Social, referiu que tem reservas quanto a esta matéria, na medida em que ter um gabinete, mas não ter disponibilidade



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

de recursos humanos não irá acrescentar eficiência nesta questão. Concluiu, indicando que entende que o Município não está em falha na questão social, atendendo que a mesma tem sido desenvolvida regularmente e dentro das competências da vereação. -

-----Relativamente à questão da habitação, designadamente a obtenção de financiamento externo, esclareceu que uma parte do investimento será sempre com fundos próprios da Autarquia, no entanto o objetivo é a obtenção da maior percentagem possível de financiamento externo ao abrigo dos fundos comunitários, o que não invalida, caso não exista essa possibilidade, que não se avance com o projeto noutra sentido. Na questão do arrendamento, informou que não está nas prioridades do Executivo, sendo que já existe um apoio ao arrendamento por parte do Governo Regional. -----

-----Em relação à incubadora de empresas, informou que a solução não foi negligenciada, no entanto o espaço no qual inicialmente estava previsto a implementação da incubadora encontra-se ocupado atualmente pela Santa Casa da Misericórdia, no seguimento da crise sísmovulcânica, que tem em curso um projeto de requalificação do seu edifício sede no sentido de melhorar as condições de segurança do mesmo e permitir o regresso às suas instalações originais. Concluiu, esclarecendo que os valores que se encontram na rubrica para esta ação são uma previsão e já existindo a rubrica inscrita em orçamento permite o reforço da mesma caso se verifique necessário. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Andreia Melo, cuja intervenção se encontra em anexo. -----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que em resposta às questões do membro Andreia Melo, informou, a respeito do Império do Livramento, que os detalhes do projeto devem ser esclarecidos com a Comissão, que é que solicitou os moldes em que pretendia o projeto. Relativamente à recolha de resíduos esclareceu que é uma preocupação do Município, que tem atuado nesse sentido, existindo uma candidatura neste âmbito que prevê a questão da sensibilização, da substituição de ecopontos, bem como a aquisição de uma viatura para a recolha de bio resíduos, movida a eletricidade, de acordo com as exigências dos fundos comunitários. Referiu que existe um esforço por parte do Município e dos seus colaboradores para reforçar a recolha durante a época alta e que já foram identificadas, em parceria com as juntas de freguesia, as zonas que necessitam de reforço de ecopontos de acordo com a produção de cada tipo de resíduo. Esclareceu que a



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

manutenção e higienização dos ecopontos é uma delegação de competências nas juntas de freguesia, acrescentando que a responsabilidade da realização da recolha seletiva passa por todos, sendo que o Município disponibiliza as estruturas e realiza a recolha, no entanto a utilização adequada dessas estruturas deve partir de todos os cidadãos, colaborando no processo. Em termos de sensibilização, referiu que a intenção é realizar uma ação concertada junto das escolas, bem como atividades no Mercado Municipal, durante a época alta. -----

-----A respeito da telemetria, informou da existência de uma candidatura que foi aprovada durante o mês de novembro, e que a implementação desta solução terá um grande impacto, quer em termos de sustentabilidade, quer em termos financeiros, uma vez que permite identificar com maior celeridade situações anómalas no sistema de abastecimento e também proceder à resolução das mesmas mais rapidamente, minimizando as perdas e os custos. -----

-----Relativamente ao turismo e aos planos de ação, referiu que o Executivo não avaliou essa necessidade, muito por força de ter iniciado o mandato recentemente e necessitar de analisar a dinâmica associada ao turismo. -----

-----Em relação às zonas balneares, esclareceu que existem no concelho duas zonas balneares identificadas, designadamente a Poça dos Frades e a Preguiça, e que o Município tem trabalhado no sentido de as melhorar para os residentes e para quem nos visita. Informou que as demais zonas de banhos não pertencem à esfera de atuação do Município, sendo da competência do Governo Regional, mais concretamente da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, pelo que entende este Executivo que não deve intervir nas políticas de manutenção das mesmas. Acrescentou, também, que a Poça de Simão Dias é da competência da Direção Regional de Políticas Marítimas, referindo que tem conhecimento da existência de uma parceria entre a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e o Município das Velas no sentido de se proceder à reabilitação daquela zona. Informou que aquela é uma zona importante para o concelho e, sobretudo, para a freguesia no Norte Grande, pelo que, nesse sentido, o Município tem realizado esforços junto da Secretaria Regional no sentido de se proceder a intervenções de melhoria na mesma. Relativamente à classificação da Poça Simão Dias como Monumento Natural de Interesse Municipal a Presidente da Câmara indicou que não possui de momento informações a respeito desse mesmo processo. Concluiu, referindo que apesar da deliberação relativa à classificação da Poça Simão Dias como Monumento Natural de Interesse Municipal, entende que a referida



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

zona não passa para o domínio municipal, sendo um mero ato de reconhecimento, o que não invalida a parceria com a Secretaria no sentido de proporcionar melhores condições, atendendo à importância da mesma. -----

-----Em resposta à questão a respeito do contrato-programa com a ADISJ, informou que o objetivo do mesmo era apoiar a ADISJ enquanto a mesma se encontrou numa situação de fragilidade financeira, tendo também sido adquirida por parte do município a Quinta Pedagógica, numa ótica de proporcionar uma situação de sustentabilidade financeira da ADISJ, a qual se tem verificado de algum tempo a esta parte, pelo que o referido contrato-programa deixou de fazer sentido para este Executivo. -----

-----Abandonou a sessão, pelas vinte e três horas e vinte e quatro minutos, o membro da Assembleia Municipal Cláudia Isabel Garcia Alexandre por motivos imprescindíveis de ordem laboral. A Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para dar conhecimento da situação e informou da aceitação da justificação apresentada. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal António Machado, manifestando a intenção de voto da representação da CDU no sentido da abstenção relativamente a este ponto, atendendo que o mesmo é uma continuidade do que foi executado em mandatos anteriores, salientando que a representação da CDU remete sempre o seu direito de oposição à Assembleia, uma vez que entende que o mesmo deve ser público. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Paulo Silveira, referindo que o grupo municipal do PSD se congratula com o acolhimento de algumas das sugestões recorrentes, já propostas anteriormente, nomeadamente na alocação de verbas para a cultura, desporto, apoios sociais, transferências para as freguesias, bem como para a execução de obras relevantes nas diversas freguesias. Salientou algumas das preocupações do grupo municipal do PSD, designadamente a respeito do Centro de Bem-Estar, zonas balneares, entre outras. Concluiu, manifestando a intenção de voto do grupo a este orçamento, em sentido favorável. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Ana Paula Soares, manifestando a intenção de voto do grupo municipal do PS, no sentido da abstenção, e cuja intervenção se encontra em anexo. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, referindo que respeita as opiniões e proposta apresentadas pelo Partido Socialista, tal como este o deve fazer em relação ao CDS-PP, salientando que entende não ter efetuado qualquer declaração ofensiva. Concluiu, referindo que o CDS-PP foi eleito para executar o seu manifesto eleitoral e não o manifesto do Partido Socialista -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto cinco da ordem de trabalhos**, tendo a proposta do “**Orçamento da Receita e da Despesa para 2026**” do Município de Velas sido aprovada **por maioria e em minuta para imediata excecutoriedade**, com dezasseis votos a favor, sendo treze pelo grupo municipal do Partido Popular e três pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, e quatro abstenções, sendo três pelo grupo municipal do Partido Socialista e uma pela representação da Coligação Democrática Unitária, e a proposta das “**Grandes Opções do Plano para 2025-2029**” sido aprovada **por maioria e em minuta para imediata excecutoriedade**, com dezasseis votos a favor, sendo treze pelo grupo municipal do Partido Popular e três pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, e quatro abstenções, sendo três pelo grupo municipal do Partido Socialista e uma pela representação da Coligação Democrática Unitária. -----

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto seis da ordem de trabalhos, Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto seis da ordem de trabalhos, Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezasseis votos a favor, pelos grupos municipais do CDS-PP e do PSD, e quatro abstenções pelo grupo municipal do PS e pela representação da CDU e **em minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu início ao **ponto sete da ordem de trabalhos, Benefícios Fiscais na área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Sul do Concelho de Velas**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto sete da ordem de trabalhos, Benefícios Fiscais na área de Reabilitação Urbana (ARU) da Zona Sul do Concelho de Velas**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto oito da ordem de trabalhos, Fixação da participação variável no IRS para o ano 2026**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto oito da ordem de trabalhos, Fixação da participação variável no IRS para o ano 2026**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia iniciou o **ponto nove da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto nove da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**.

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto dez da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. ----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto dez da ordem de trabalhos, Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia deu início ao **ponto onze da ordem de trabalhos, Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, abrindo inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. ----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação do **ponto onze da ordem de trabalhos, Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**. -----

-----A Presidente da Assembleia iniciou o **ponto doze da ordem de trabalhos, Nomeação de quatro elementos para o Conselho de Ilha de São Jorge**, referindo que foi apresentada uma lista única, a qual não reuniu consenso na reunião de líderes, sendo a mesma composta pelos membros da Assembleia Municipal Mário José Soares, Catarina Maria Silveira Bettencourt e João Manuel Azevedo da Silva pelo grupo municipal do CDS-PP e Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira pelo grupo municipal do PSD. De seguida abriu inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal António Machado, salientando a ausência de espírito democrático por parte do CDS-PP, como já aconteceu há quatro anos, ao não incluir novamente a CDU nesta lista para o Conselho de Ilha de São Jorge.-

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, referindo que a lista foi elaborada tendo em conta os resultados eleitorais e o número de elementos eleitos por cada partido, não se revendo nas declarações do membro António Machado. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, referindo que esta lista é uma tentativa de politizar o Conselho de Ilha, recorrendo à maioria na Assembleia para excluir o PS daquele órgão. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal Roger Sousa, informando que não concorda com os motivos apresentados pelo deputado João Paulo Oliveira a respeito da não inclusão de elementos do PS na referida lista, assunto esse que foi discutido em reunião informal de líderes, salientando que não lhe parece que o membro João Paulo Oliveira tenha sido tão interventivo no Conselho de Ilha, quer em governo do PS, quer, atualmente, em governo da coligação PSD/CDS-PP, para que seja necessário silenciá-lo. -----

-----Inscreveu-se o membro da Assembleia Municipal João Paulo Oliveira, referindo que foi tão interventivo quer no anterior governo, como no atual, procurando defender sempre os interesses da ilha e do concelho neste órgão. -----

-----A Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos referindo que a sessão estava a atingir a meia-noite, pelo que, de acordo com o regimento, propôs a votação para que se prolongue a mesma por um período de trinta minutos, ao invés de se realizar a continuação da sessão no dia seguinte, de acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 38.º do regimento da Assembleia Municipal das Velas. -----

-----Colocada à votação o prolongamento da sessão, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

-----Retomando os trabalhos da sessão, e não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação por escrutínio secreto da Lista A no âmbito do **ponto doze da ordem de trabalhos, Nomeação de quatro elementos para o Conselho de Ilha de São Jorge**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com quinze votos a favor, quatro votos contra e um voto em branco, e **em minuta para imediata excecutoriedade**. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**  
**MANDATO 2025 - 2029**  
**ATA N.º 1/2025**

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto treze da ordem de trabalhos, Eleição de sete elementos para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal**, e referiu que foi apresentada uma lista única sendo a mesma composta pelos membros da Assembleia Municipal Janete Andreia Ávila da Fonseca – como relator, Roger Leonel Vieira de Sousa, Mário José Soares e Catarina Maria Silveira Bettencourt pelo grupo municipal do CDS-PP, Paulo Alberto Bettencourt da Silveira – como secretário – pelo grupo municipal do PSD, João Paulo Bettencourt Oliveira pelo grupo municipal do PS e Albano Manuel Silveira Gomes pela representação da CDU. Abriu de seguida inscrições aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. -----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou, então, à votação por escrutínio secreto do **ponto treze da ordem de trabalhos, Eleição de sete elementos para a Comissão Permanente da Assembleia Municipal**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezanove votos a favor e um voto em branco e **em minuta para imediata executoriedade**. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada esta sessão, da qual se lavrou a presente ata que, tratando-se da última sessão do atual mandato autárquico, depois de lida, foi aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade, e será assinada pela Mesa da Assembleia. -----

## ANEXO

### Intervenção GMPS Plano e Orçamento - questões

#### Deputado João Paulo Oliveira

Em relação a este ponto, e não obstante algumas das questões agora colocadas já terem sido objeto de apreciação em sede de reunião de Câmara Municipal, o GMPS entende reiterá-las neste órgão deliberativo, atendendo à relevância própria da Assembleia Municipal enquanto espaço privilegiado de escrutínio democrático, bem como ao facto de a presente sessão ser objeto de transmissão radiofónica, garantindo assim o pleno esclarecimento público sobre matérias de particular importância para o concelho. O Orçamento Municipal para 2026 ascende a 11 670 471 €, correspondendo a uma redução expressiva de 1 188 909 € face ao orçamento de 2025 (12 859 380 €). O Grupo Municipal do PS gostaria de saber o porquê desta redução?

Nas Funções Económicas encontram-se inscritas, para 2026, a Requalificação da Zona da Serroa (Beira/Rosais) e a Requalificação da Zona da Piedade / Degraus / Roque Afonso, ambas com a dotação simbólica de 10 €, enquanto para 2027 e 2028 são previstos montantes significativamente superiores, evidenciando intenção de execução futura. Neste contexto, e procurando compreender melhor o planeamento municipal, importa questionar que garantias existem quanto à concretização dos investimentos previstos para 2027 e 2028?

– Estão assegurados os meios necessários para a sua execução no calendário apresentado?

#### Deputada Ana Soares

**No domínio das funções sociais e apoios às famílias:** O PS regista a continuidade de várias medidas sociais previstas nas GOP e no Orçamento para 2026, nomeadamente:

-30 000 € – Bolsas de Estudo e Mérito

-50 000 € – Fundo de Incentivo à Natalidade

-50 000 € – Fundo Municipal de Solidariedade Social.

Apesar da importância destas rubricas, verifica-se que nenhuma foi reforçada em 2026, não considerando o aumento generalizado do custo de vida que afeta especialmente famílias, jovens e idosos. Relativamente às Bolsas de Estudo e Mérito urge rever o regulamento, de forma a integrar no mesmo os custos inerentes às despesas de alojamento e alimentação fora da ilha. Ao não rever o regulamento reduz-se o poder de apoio da medida e falha-se na promoção da igualdade de oportunidades, agravando desigualdades associadas à insularidade. Regista-se que o Orçamento Municipal de 2026 prevê uma dotação muito significativa de 1 833 198 € para o Centro de Bem-Estar de Entre Morros, valor que representa um dos maiores investimentos municipais para o próximo

ano. Apesar da dimensão financeira dessa aposta, não se encontra, nas GOP, nem no orçamento. Assim, importa questionar o executivo:

- Se a obra vai avançar ou não?
- Se não avançar como vai ser feita a requalificação daquela zona?

Na opinião do GMPS continuam a manter-se lacunas graves:

- 1-O Fundo Municipal de Solidariedade Social permanece sem regulamentação, impedindo critérios claros, equitativos e transparentes.
- 2-O município continua sem um Gabinete Municipal de Apoio Social, essencial para identificar situações de vulnerabilidade, articular respostas e acompanhar casos complexos.
- 3-Continua por definir uma rede municipal de ATL, penalizando famílias trabalhadoras e limitando respostas de apoio à infância.
- 4- Mantém-se a ausência de uma estratégia municipal de envelhecimento ativo, num concelho com população envelhecida e crescentes necessidades sociais.

Falando agora na área da Habitação apresenta como principal investimento o financiamento do PRR – 1.º Direito, com cerca de 500 000 € inscritos para reabilitação de habitações.

Este valor, embora significativo, resulta exclusivamente de financiamento externo. Não está plasmado no orçamento:

- 1- programas de arrendamento acessível;
- 2- programas de arrendamento jovem;
- 3- políticas para fixação de população ativa.

O desenvolvimento económico e juventude continuam a ser áreas negligenciadas. A já repetida Incubadora de Empresas, em parceria com a ADISJ volta a surgir, com 30.000,00€, mas apenas para equipamento, software informático e equipamento administrativo. Apesar de constar do orçamento há vários anos, esta incubadora nunca foi implementada; os valores atribuídos são simbólicos e insuficientes, duvidando-se da capacidade real de execução, pelo que se deduz que não sairá do papel.

Apesar de se registar nas funções sociais, a inclusão de um curso de outsystems, medida positiva, mas isolada, se não for articulado com um programa municipal de empreendedorismo e de inovação tecnológica. Considera-se que sem essa estratégia que iniciativas formativas positivas não tenham efeito duradouro. Por valores alocados, o concelho continua sem:

- 1-programa municipal de apoio ao empreendedorismo;
- 2-estratégia para retenção de jovens qualificados;
- 3-incentivos à inovação.

## **Deputada Andreia Melo**

Regista-se positivamente o investimento na telemetria da rede pública de abastecimento de água, medida moderna e tecnologicamente adequada para reduzir perdas, melhorar monitorização e aumentar eficiência no consumo de um recurso essencial. Importa, contudo, esclarecer: Qual o impacto esperado desta medida na sustentabilidade ambiental e financeira do município? Contudo, a realidade mantém-se significativamente problemática, pelo que se questiona:

1- Existe um Plano Municipal de Resíduos atualizado?

2- Que medidas estruturadas estão previstas para reforçar os circuitos de recolha, sobretudo no Verão?

3- Que ações concretas estão definidas para evitar a recorrente sobrelotação dos contentores, os maus odores, a falta de lavagem e a sua degradação? O município investe em equipamentos, mas falha no essencial: sensibilização, planeamento, organização e estratégia.

Face à pressão turística crescente e à natureza destas intervenções, importa questionar o executivo:

– Existe um plano estratégico de turismo que enquadre estas intervenções numa visão global

para o concelho? Ou estamos perante obras isoladas, sem articulação entre si e sem integração num plano municipal de turismo?

– Como pretende o executivo articular estas obras com a ausência de Investimento específico em limpeza sazonal, reforço de recolha de resíduos ou ordenamento das zonas balneares?

– Existe plano para qualificação de trilhos, miradouros e áreas sensíveis, ou estas intervenções continuarão a ocorrer de forma avulsa?

Para além das intervenções, importa destacar a ausência de medidas específicas relativamente a uma das zonas balneares mais procuradas do concelho: a Poça Simão Dias, cuja pressão turística se intensifica todos os anos. Qual é a responsabilidade do município na gestão da Poça de Simão, nomeadamente na questão dos acessos associados à pressão sazonal e segurança dos banhistas e visitantes. Se não, o que o município está a fazer junto da entidade competente?

No domínio cultural, continua a inexistir um verdadeiro Plano Cultural Municipal, o que se traduz numa política assente sobretudo em eventos isolados, sem:

- Programação anual estruturada;

- Objetivos públicos;
- Avaliação de impacto;
- Critérios transparentes para atribuição de apoios. Persistem igualmente por dinamizar:
- Os núcleos museológicos;
- E a rede de espaços culturais do concelho, que permanecem subaproveitados e pouco articulados com a comunidade educativa e associativa. Um ponto especialmente relevante é o apoio às instituições culturais, que continuam a desempenhar um papel cultural e social fundamental nas freguesias. Contudo, os apoios mantêm-se dependentes de decisões avulsas, sem critérios públicos, sem regras estáveis e sem uma estratégia municipal de valorização das práticas culturais, que são património vivo e estruturante da identidade local. Mas, a vereadora eleita pelo PS já apresentou em sede de reunião de câmara uma proposta de criação de regulamento municipal de atribuição de apoios ao desenvolvimento cultural, social, educativo, recreativo e desportivo do concelho.

No setor da educação, o município continua sem implementar instrumentos essenciais para uma governação moderna e articulada, nomeadamente:

- O Conselho Local da Educação. A retirada, em 2026, do Contrato-Programa com a ADISJ
- Ensino Técnico-Profissional, que em 2025 representava 120 000 €, representa que a mesma passou a ser autossustentável?

### **Intervenção GMPS Plano e Orçamento - intenção de voto**

#### **Deputada Ana Soares**

O Grupo Municipal do Partido Socialista opta pela abstenção na votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026, por entender que, apesar de o documento cumprir os requisitos legais e formais exigidos, subsistem fragilidades relevantes que impedem a sua subscrição integral.

Em particular, considera-se que o Orçamento apresenta uma redução global face ao exercício anterior e integra diversas rubricas com dotações meramente simbólicas, o que limita a perceção da sua concretização efetiva. Acresce a ausência de uma estratégia clara, estruturada e devidamente calendarizada em áreas que o próprio Executivo identificou como prioritárias no seu manifesto eleitoral e que foram reiteradas pela Senhora Presidente da Câmara no discurso de tomada de posse, nomeadamente no reforço do cariz social das políticas municipais.

Com efeito, matérias fundamentais para o futuro do concelho — como a fixação de jovens, a dinamização da incubadora de empresas e do empreendedorismo local, a resposta ao grave problema da habitação e o reforço do apoio aos estudantes deslocados — surgem no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano de forma desigual, nem sempre

acompanhadas do enquadramento financeiro, programático e estratégico que a sua relevância social justificaria.

Não obstante estas reservas, o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que este é o primeiro Orçamento apresentado pelo atual Executivo Camarário, resultante das eleições autárquicas realizadas em outubro, elaborado num contexto temporal necessariamente condicionado pelo início do mandato.

Neste enquadramento, e tendo presente que o CDS-PP dispõe de uma maioria expressiva na Assembleia Municipal, a abstenção do Grupo Municipal do Partido Socialista assume-se como uma posição política responsável e coerente, que permite assinalar de forma clara as discordâncias existentes, sem deixar de reconhecer a legitimidade democrática do Executivo para implementar o seu programa ao longo do mandato.

O Grupo Municipal do Partido Socialista reafirma, por fim, que exercerá de forma exigente e construtiva o seu papel de acompanhamento e escrutínio da execução orçamental, esperando que, nos próximos exercícios, se verifique um reforço efetivo das políticas sociais, da coesão territorial e das respostas aos principais desafios económicos e sociais do concelho.